

Concluídos o Memorando de Entendimento e os Protocolos do Grupo SATA!

Após 6 horas de reunião, conseguiu-se chegar a um entendimento com o CA/SATA, para durar até 31 de Dezembro, sendo repostos os AE's em Janeiro de 2014.

Foi uma demora que não deveria ter acontecido, pois prejudicou os trabalhadores e as suas famílias, passageiros e os Açores, face à posição negativa do CA/SATA e do seu Accionista – o Governo Regional - em todo este processo.

Em 2010 começaram as sucessivas medidas do Orçamento de Estado que impuseram restrições ao normal funcionamento da SATA no que refere aos custos com pessoal, congelamentos e cortes salariais, matérias negociadas entre Empresa e Sindicatos e definidas em Acordos de Empresa.

Este ano, 2013, a lei do Orçamento de Estado não prevê quaisquer adaptações às empresas do setor, mas novamente vem impor restrições no que toca aos custos com pessoal, congelamentos e cortes nos salários, pondo em causa o que foi construído durante anos em relação aos Acordos de Empresa.

No comunicado anterior já tinham sido reconhecidas as medidas retroactivas a Janeiro, ficando por decidir as matérias sobre a organização do trabalho, cujas propostas em discussão ficaram assim acordadas na sexta-feira passada:

- No que refere à Cl^a 42^a, para os trabalhadores admitidos até 16 de Maio é assegurado, quando necessário, em regime de tolerância no prolongamento, mais 15 minutos além dos estipulados no AE e sempre que, mensalmente, sejam efectuadas quatro horas ou mais em regime de tolerância em prolongamento, este acréscimo é pago conforme valor da retribuição horária;
- Sobre o descanso semanal, constituído por dois dias consecutivos de calendário, fixado em cada caso para os horários irregulares, o primeiro dia corresponde ao dia de descanso complementar e o segundo dia ao descanso obrigatório;
- Não poderá haver, entre dois períodos de trabalho normal, um intervalo inferior a onze horas;
- A saída de serviço para além do 30º minuto da hora final fixada em horário de trabalho motivará o pagamento de trabalho suplementar conforme aplicação em vigor.
- Caso o tempo de trabalho suplementar se prolongue até 61 minutos, é pago o valor correspondente a uma hora.

A aplicação do memorando e protocolos exige de cada um redobrada atenção devendo serem alertados os delegados e dirigentes sindicais sobre situações que possam oferecer dúvidas ou até uma aplicação de medidas que possa extravasar que foi acordado.